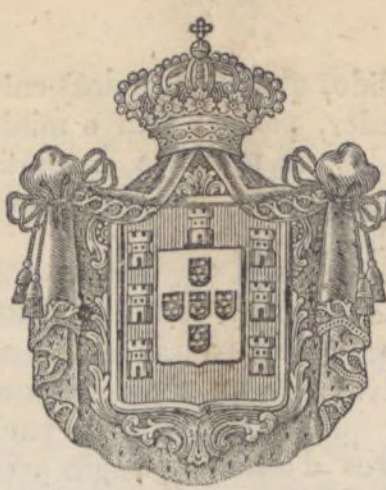


ASSIGNATURAS

Por um anno	10\$000
Por seis meses	5\$600
Por tres mezes	3\$000
Avulso por folha	\$040
Anuncios, por linha	\$060

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, onde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.



ASSIGNATURAS

Por um anno	12\$000
Por seis mezes	6\$600
Por tres mezes	3\$600
Communicados e correspondencias, por linha	\$060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importancia das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL

3.ª Repartição.—5.ª Secção

Atendendo ao que me representou Maria Antonia, viúva de Antonio Soares, sangrador e enfermeiro do hospital que se estabeleceu no povo de Santa Luzia, subúrbio de Tavira, para tratamento dos enfermos atacados da epidemia de cholera-morbus que ali grassou no anno de 1855, pedindo que, em consequencia do estado de pobreza e desamparo a que ficou reduzida por morte de seu marido, vítima d'aquella epidemia, se lhe conceda uma pensão; e achando-se comprovados por documentos, assim os relevantes serviços prestados pelo fallecido no tratamento dos enfermos recolhidos no mesmo hospital, como as deploraveis circumstancias da supplicante, que a tornam digna d'este soccorro: hei por bem, usando da faculdade concedida ao governo pela carta de lei de 4 de junho ultimo, e tendo em vista a consulta da secção administrativa do conselho d'estado, e o parecer do conselho de ministros, conceder á referida Maria Antonia a pensão annual e vitalicia de 120\$000 réis.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 3 de fevereiro de 1860.—REI.—Antonio Maria de Pontes Pereira de Mello.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS

E DE JUSTIÇA

DIRECÇÃO GERAL DOS NEGOCIOS DE JUSTIÇA

1.ª Repartição

Tendo presentes as diligencias e informações a que se procedeu sobre o concurso que mandei abrir em conformidade dos decretos de 20 de setembro de 1849 e 10 de fevereiro de 1858, para o provimento de um dos officios de escrivão e tabellião do juizo de direito da comarca de Monte-Alegre: e attendendo ao que me representou José Joaquim de Almeida, escrivão e tabellião do juizo ordinario do julgado de Boticas, o qual, sendo um dos candidatos que entraram no concurso, ficou aprovado no exame em primeira classe, em vista das provas que offerecera assim oraes, como por escripto: hei por bem fazer-lhe mercê do referido officio de escrivão e tabellião do juizo de direito da comarca de Monte-Alegre, vago por fallecimento de Joaquim Francisco da Silva.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça o tenha assim entendido e faça executar. Paço, em 24 de janeiro de 1860.—REI.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECÇÃO GERAL DOS PROPRIOS NACIONAES

Por ordem superior se declara que foram mandados retirar da praça, que deve ter logar no dia 29 do corrente mez, os fóros n.ºs 26490 e 26491, contemplados na lista 1691; por isso que se reconheceu ter sido requerida a tempo a sua remissão. Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 18 de fevereiro de 1860.—Antonio Joaquim da Silva.

EDITAL

O conselho de saude publica do reino faz saber que são considerados *limpos de cholera-morbus*, desde 16 de janeiro do corrente anno, o porto de *Oran*, e todos os mais de *Argel*.

Lisboa, 17 de fevereiro de 1860.—O fiscal, Dr. Marcellino Craveiro da Silva.

GOVERNO CIVIL DE LISBOA

Em cumprimento de ordens emanadas do ministerio das obras publicas, commercio e industria, se faz publico por este governo civil, que tendo requerido Frederico Augusto de Vasconcellos Pereira Cabral patente de introdução pelo espaço de cinco annos para a fabricação do gello artificial pela vaporização do ether no vacuo, se põe a concurso esta patente nos termos do artigo 23.º do decreto de 31 de dezembro de 1852; convidando-se assim todas as pessoas a quem a mesma possa convir por menor prazo de tempo, para apresentarem as suas propostas n'esta repartição dentro de trinta dias contados da data do *Diario de Lisboa*, em que este annuncio for pela primeira vez inserto.

CONSELHO DE SAUDE NAVAL E DO ULTRAMAR

Precisa-se de enfermeiros para a armada. Os individuos que forem admittidos no respectivo quadro terão as vantagens consignadas no decreto de 20 de outubro do anno proximo findo. No hospital da marinha se recebem os requerimentos dos portendentes a estes logares, e se dão os esclarecimentos necessarios.

Hospital da marinha, 16 de fevereiro de 1860.—Dr. Manuel Maria Rodrigues de Bastos, presidente do conselho de saude naval e do ultramar.

ASYLO DA MENDICIDADE

A administração d'este estabelecimento manda annunciar que no dia 22 do corrente, pelo meio dia, ha de comprar em hasta publica 50 arrobas de toucinho fresco.

Lisboa, 17 de fevereiro de 1860.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que sairá a 20 do corrente, para Gibraltar e Napoles, o vapor hollandez *Rhone*.

A correspondencia será lançada na caixa geral até ás 12 horas da manhã, e na estação postal

do Terreiro do Paço até á meia hora da tarde do dito dia.

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que sairá, a 22 do corrente, para S. Miguel, o patacho *S. José 2.º*.

A correspondencia será lançada na caixa geral até ao referido dia, e na da estação postal do Terreiro do Paço meia hora antes da que ali for annunciada para a mala ser levada a bordo.

Administração central do correio de Lisboa, 18 de fevereiro de 1860.—O administrador, Luiz José Botelho Seabra.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 18 DE FEVEREIRO

PRESIDENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

Aos tres quartos depois do meio dia verifica-se, pela chamada, estarem presentes 62 srs. deputados.

O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mencionam-se as seguintes declarações:

1.º Do sr. Telles de Vasconcellos, de que o sr.

Sousa Azevedo não tem comparecido, nem o pôde

fazer ainda, por motivo de doença.—*Inteirada*.

2.º Do sr. Garcez, de que não compareceu nas

sessões de terça e quarta-feira d'esta semana por

motivo justificado.—*Inteirada*.

Teve segunda leitura a seguinte proposta:

Renovo a iniciativa dos projectos que apresentei

na camara transacta.

1.º Sobre ser dispensada do exame para o posto

de maior a classe dos capitães empregados no en-

sino superior.

2.º Sobre a administração das aguas publicas.—

O deputado por Trancoso, B. J. Garcez.

O primeiro projecto é enviado á commissão de

guerra, e o segundo á de administração publica.

São mandadas ao governo as seguintes notas de

interpellação:

1.ª Desejo interpellar o sr. ministro do reino

sobre o estabelecimento de asylos para alimentar

e educar os orphãos, que ficaram dos individuos, que

succumbiram ao flagello da febre amarella; e os me-

minhos e meninas abandonados, segundo as disposi-

ções do fallecido commendador Manuel Pinto da

Fonseca; e havendo o sr. D. Rodrigo annuciado

uma interpellação sobre o mesmo objecto, requiero,

ou que se faça a respectiva communicação para a

minha interpellação, ou que seja inscripto para to-

mar parte na que annunciei o illustre deputado a

que me referi.—*Moraes Carvalho*.

2.ª Desejo interpellar o sr. ministro das obras

publicas, sobre o estado da parte da estrada de

Coimbra á ponte de Murella, que está em construc-

ção; e a respeito dos estudos sobre a directriz da

parte da estrada que ainda não está em construc-

ção.—*F. A. Furtado*.

3.ª Desejo que seja prevenido o sr. ministro das

obras publicas, de que o desejo interpellar ácerca

da administração dos trabalhos da estrada de Celori-

cico a Mangualde e a Trancoso.—O deputado por

Trancoso, B. J. Garcez.

4.ª Tendo occorrido ultimamente graves desor-

dens na villa de Ponte de Lima, que pozeram em

risco a vida de alguns cidadãos e em muito susto e

alvoroto a toda a população da dita villa, desejo

interpellar com a possível urgencia ácerca de taes

occurencias o ex.º sr. ministro do reino.

Requiero tambem que pelo ministerio do reino

seja remetida a esta camara toda a corresponden-

cia que existir ácerca dos factos indicados como in-

formações, não havendo inconveniente.

Sala da camara, 17 de fevereiro de 1860.—O de-

putado pelo Arcos, Placido de Abreu.

5.ª Não sendo procedido, no despacho dos juiz-

es, segundo a sua respectiva antiguidade, e em re-

lação á classificação das respectivas comarcas,

etc., desejo que o ex.º sr. ministro da justiça seja

prevenido de que o quero interpellar ácerca dos

motivos que tem obstado a que a lei se cumpra.

Sala da camara, 17 de fevereiro de 1860.—O

deputado pelos Arcos, Placido de Abreu.

6.ª Convido o sr. ministro da fazenda a explicar

á camara o estado em que se acha a fabrica de vi-

dos da Marinha Grande, e especialmente

1.º Qual o resultado do inquerito a que s. ex.ª

mandou proceder sobre a dita fabrica.

2.º Qual a razão da demora que tem havido na

abertura da mesma fabrica á exploração.

3.º Quaes as intenções de s. ex.ª a respeito da

mesma.—*F. L. Mousinho de Albuquerque*, depu-

tado por Leiria.

Deu-se expediente pela mesa aos seguintes re-

querimentos:

1.º Requiero que, pelo ministerio do reino, me

sejam enviadas todas as portarias com relação á

interpretação da lei do recrutamento.—*Telles de*

Vasconcellos.

2.º Requiero que, pelo ministerio das obras pu-

bllicas, sejam enviadas a esta camara as estatísticas

da produção e existencia de cereaes no continen-

te, e o calculo do consumo aproximado até ao

fim de maio do corrente anno.—*A. D. de Azevedo*

—*D. José Manuel de Menezes de Alarcão*.

3.º Requiero que, pelo ministerio das obras pu-

bllicas, seja informada a camara da quantidade de

cereaes estrangeiros existentes em deposito, e não

admittidos ainda, nas cidades de Lisboa e Porto,

ou outros quaesquer portos.—*Dias de Azevedo*—

D. José Manuel de Menezes de Alarcão.

4.º Requiero que seja remetida da secretaria da

camara á commissão respectiva uma representação

que a camara municipal de Guimarães remetteu a

Cactano, e não me constando que, até hoje, essa commissão apresentasse o seu relatório, ou desse por findos os seus trabalhos, requiero que o governo, pelo ministerio do reino, informe esta camara do que houver a esse respeito.—*D. Rodrigo de Menezes*, deputado por Villa Nova de Famalicão.

O sr. Barros e Sá:—manda para a mesa um requerimento pedindo esclarecimentos ao governo.

O sr. Azevedo Pinto:—manda para a mesa dois

requerimentos pedindo esclarecimentos ao governo.

O sr. Aragão:—manda para a mesa um projecto

de lei, assignado tambem pelo sr. Garcia Peres,

creando um subsidio para a navegação do rio

Sado entre Setúbal e Alcaçer do Sal.

Fica para segunda leitura.

O sr. Xavier da Silva:—manda para a mesa

uma representação, assignada por trinta e dois pro-

prietarios de moinhos e estabelecimentos de moer,

pedindo que na lei da admissão de cereaes, apre-

sentada pelo governo, se elimine a parte relativa á

introdução das farinhas, como já se fez em outra

ocasião; e pede que esta representação seja reme-

tida á commissão de agricultura.

O sr. Castro Portugal:—manda para a mesa o

diploma do cidadão Filipe José Pereira Brandão,

deputado eleito pelo circulo 55 (Estarreja).

A commissão de poderes.

O sr. Henriques Secco:—manda para a mesa um

requerimento, pedindo esclarecimentos ao governo.

O sr. Julio do Carmo:—manda para a mesa

trinta e um requerimentos de officios reformados,

pedindo serem pagos pela tarifa de 1814.

O sr. Gaspar Pereira:—agradecendo ao sr. mi-

nistro das obras publicas a promptidão com que

tem expedido e mandado expedir ordens com rela-

ção aos assumptos de que vae occupar-se, chama a

attenção de s. ex.ª para pontos que dizem respeito

aos mesmos assumptos: refere-se á ponte de Unhaes

da Serra, e á directriz da estrada de Castello Branco

á Guarda.

Como ha dois mezes uma grande cheia arrebat-

asse aquella ponte, o governo, convencido da ne-

cessidade e conveniencia de se mandar construir

uma nova ponte, expediu as ordens necessarias

para que se fizesse o plano e o orçamento para ella.

As ordens do governo foram cumpridas; o plano e

o orçamento vieram e foram submettidos ao conse-

lho de obras publicas, que os examinou; e como se

fizessem reparos sobre a consulta, de novo se re-

metteram ao engenheiro do districto para os refo-

rmos. Reformou-os elle effectivamente, e assim fo-

ram approvados pelo conselho de obras publicas.

S. ex.ª o sr. ministro das obras publicas mandou

expedir as suas ordens para que a obra se principiasse

imediatamente, e chegaram-se a mandar pôr á

disposição do engenheiro os fundos necessarios para

essa obra, cuja despesa se orçã em pouco mais

de 3:000\$000 réis.

Quando as cousas tinham chegado a este ponto,

o que levou muitos mezes, infelizmente para a obra,

o engenheiro, que estava então n'aquelle districto,

foi nomeado para outro, sendo substituido por um

official de engenheiros, que se demorou em appare-

cer no districto. Apenas chegou foram-lhe expedi-

das as ordens para que desse começo á ponte; e elle

respondeu que não approvava o plano do seu ante-

cessor, por quanto entendia que a ponte, no logar

que se lhe designava, envolvia o risco de não ser

uma obra duravel. Houve opiniões de que se man-

dasse fazer a obra; mas o sr. ministro e o conselho

de obras publicas entenderam que não era prudente

encarregar de uma obra offical, que dizia que não

se responsabilizava por ella. Em virtude d'isto

ordenou-se-lhe que reformasse a planta e a remet-

tesse á repartição competente; porém até agora ain-

da não veio; e não quer attribuir a demora a outras

causas que não sejam d'attribuição de serviço a cargo

do esse empregado.

Se tivesse vindo ha quinze dias a esta parte, de

certo a obra se tinha começado n'esse momento, por-

que elle (orador) é testemunha de quanto o sr. mi-

nistro se mortificou por essa falta

uma maneira durante cinco annos, agora a venha entender de uma outra forma.

Parece-lhe que a camara, dando a authorisação que o sr. ministro pede, entra em um campo em que não pôde entrar, e interpreta a carta, o que ella não pôde fazer só por si.

O sr. *Ministro do reino* (Fontes Pereira de Mello):—parece-lhe perfeitamente regular a situação em que se acha collocado o illustre deputado que o precedeu.

S. ex.^a teve uma opinião que, como ministro, manifestou em ambas as casas do parlamento, e agora, coherente com essa opinião, entende que não ha necessidade da camara conceder permissão para accumular; mas a mesma razão de coherencia, que tem o sr. deputado para sustentar agora o que sustentou no anno passado, o leva a vir pedir a authorisação, por isso que então pensara, como muitos dos seus amigos, ser necessaria essa authorisação.

Foi, pois, de accordo com as idéas que então emittiu, que vem pedir á camara que permita que os illustres deputados possam accumular as funções administrativas que exercem no conselho d'estado com as de membros do corpo legislativo.

Parece-lhe que havendo tantas questões tão importantes a debater na actual sessão legislativa, e questões com as quaes se acha ligado o futuro do paiz e os seus mais caros interesses, seria da parte do governo e da de toda a camara uma cousa indisculpavel levantar agora uma questão inutil.

Os illustres deputados dizem, que podem ir ao conselho d'estado sem authorisação da camara, que estão resolvidos a ir lá; mas se a camara votar a proposta do governo, e conceder a licença que elle lhe pede, o resultado vem a ser o mesmo.

O illustre deputado o sr. Avila disse, que o governo, na sessão passada, pedira á camara dos pares os seus membros, que eram conselheiros d'estado, sem embargo de não ter pedido á camara dos deputados os membros d'ella, que também eram conselheiros. A razão foi porque o tempo, durante o qual esteve aberta a sessão, foi muito curto, e a sessão encorreu-se logo, aliás não havia de reconhecer um principio na camara hereditaria e outro na camara electiva: a razão era identica.

Pedi, n'uma das sessões passadas, que a camara dos pares authorisasse que os seus membros, que são conselheiros d'estado, accumulassam as funções d'este cargo com as de pares do reino, e agora vem pedir o mesmo a esta camara.

Parece-lhe que não ha inconveniente em que a camara conceda o pedido que faz, porque, se os illustres deputados se suppõem authorisados, por esta authorisação lá vão do mesmo modo.

O sr. *Avila*:—parece-lhe que o sr. ministro está equivocado e julgou os precedentes com inexactidão. S. ex.^a disse que foi pedir na sessão passada os pares á outra camara, mas que não veio pedir a esta camara os deputados que eram membros do conselho d'estado, pelo pouco tempo que decorreu até á sua dissolução; mas a verdade é que apenas o ministro se organisou foi á camara dos pares pedir licença para que os dignos pares que eram conselheiros d'estado podessem accumular, e não veio pedir a esta camara os conselheiros d'estado que n'ella tinham assento, que eram, elle (orador) e o sr. Silvestre Ribeiro; de modo que estiveram funcionando sem authorisação da camara porque s. ex.^a não a pediu. O sr. ministro esqueceu-se d'esta circunstancia.

S. ex.^a também disse que, assim como o deputado a quem se referia tinha obrigação de ser coherente com as suas opiniões, também elle (sr. ministro) tinha obrigação de ser coherente com as suas. Mas o sr. ministro entendeu sempre a carta como elle (orador) a entendeu, e durante a sua administração nunca veio pedir licença á camara para os seus membros, que ao mesmo tempo o eram do conselho d'estado, podessem accumular. Esta coherencia é que s. ex.^a tem obrigação de ter.

Disse mais s. ex.^a o sr. ministro: «não levantemos uma questão inútil». Mas quem é que a levanta? É o nobre ministro que vem dizer á camara dos deputados que faça o que nunca fez. Ao menos na camara dos pares este negocio foi tratado em uma comissão; mas aqui não se nomeou nenhuma comissão, nenhuma foi ouvida, nem ha nenhuma resolução tomada. Portanto quem levanta a questão é o nobre ministro.

Concluindo, repete, que não reconhece na camara auctoridade alguma para a authorisar a continuar a exercer as suas funções de conselheiro d'estado.

O sr. *Pinto Coelho* (sobre a ordem):—vao apresentar um requerimento, para ver se termina a questão, porque lhe parece que a discussão hoje é esteril.

Julga que o governo va coherente com a sua convicção fazendo o pedido que fez, e está intimamente convencido de que os illustres deputados que acabam de fallar vão também coherentes com as suas opiniões; mas desde que um artigo da carta dá lugar á duvidas, e a uns o entenderem de uma maneira e outros de outra, nem a camara dos pares, nem a dos deputados, tem poder para o interpretar: quem tem poder para o fazer é o poder legislativo por meio de uma lei, e em quanto não vem a interpretação o sr. ministro está na sua opinião e os srs. deputados estão na d'elles.

Parecendo-lhe, portanto, que, em quanto não houver essa interpretação authentica, se deve deixar o principio de pé, manda para a mesa a seguinte proposta:

Requerio que a proposta do sr. ministro se devida. Que a parte relativa aos srs. deputados que são conselheiros d'estado se ponha á votação com a clausula «se a authorisação por direito for precisa.»

Que a outra se ponha á votação como está. — *Pinto Coelho*.

É admittida, e fica também em discussão.

O sr. *Silva Cabral*:—parece-lhe que esta questão não deve ter agora grande desenvolvimento, porque na realidade não o merece, uma vez que fiquem salvas as convicções de cada um, e que a camara vote na intelligencia de que o artigo da carta fica em pé.

Esta questão nasce positivamente de uma proposta feita na outra casa do parlamento, em que alguns de seus dignos membros julgando, que tendo o conselho d'estado na parte contenciosa um certo caracter judiciario, não podiam deixar de ser comprehendidos na lei, que prohibe a accumulção de funções legislativas com as de outro emprego, os dignos pares que pertencem á secção do contencioso administrativo no conselho d'estado, uma vez que portanto não precedesse permissão da camara para esse accumulção. Se entenderem bem ou mal não era a camara dos deputados juiz competente para o julgar. Mas o facto é que alguns dos dignos membros da outra casa do parlamento julgaram-se desde logo vinculados á decisão que então essa camara tomou, para não accumularem sem que o governo os pedisse á camara, e dahi proveiu a suspensão dos trabalhos da secção do contencioso administrativo do conselho d'estado com prejuizo do serviço publico que soffreu muito, porque apesar de outros dignos membros d'aquella camara terem uma opinião contraria á decisão por ella tomada entenderam da sua dignidade não irem contra essa decisão e conservaram-se afastados do serviço publico, deixando de ir funcionar á secção do contencioso administrativo do conselho d'estado.

Teve sempre a este respeito uma opinião contraria á que vingou na camara dos dignos pares, fundando-se para isso no artigo 31.^o da carta constitucional que é terminante sobre o ponto controvertido, e só por uma erradissima intelligencia é que se pôde estabelecer uma doutrina contraria; mas seja qual for a decisão da camara dos dignos pares não pôde obrigar os membros da camara electiva, nem é admissivel a distincção que se quizer depois fazer com referencia á disposição do artigo 110.^o da mesma carta, porque em vista d'este mesmo artigo não se pôde deixar de considerar os conselheiros d'estado habéis para exercer no conselho d'estado funções na secção administrativa juntamente com as legislativas, porque a carta prohibindo aos deputados ou pares a accumulção dos seus empregos com as funções legislativas contem uma excepção expressa a respeito dos conselheiros d'estado e dos ministros d'estado, e por tanto como excepção não podem ser comprehendidos na regra geral, e é isto mesmo o que está determinado na lei de 3 de maio de 1845; e também em vista d'estas disposições julga que os conselheiros d'estado podem funcionar na secção do contencioso administrativo e funcionar igualmente nas camaras legislativas independentemente de licença da respectiva camara, e acha o artigo da carta tão claro que não carece de interpretação.

Portanto, quer a camara vote quer não a proposta do governo, julga-se com direito e obrigação de exercer cumulativamente as funções de conselheiro d'estado, mesmo na secção do contencioso administrativo do conselho d'estado, sem carecer de licença da camara para isso, e não procederá de outro modo em quanto não houver uma lei que claramente prohiba esta accumulção, porque só uma lei, e não a opinião de uma das camaras, é que pôde obrigar.

Por ultimo entende que esta questão não deve tomar tempo á camara, quando de mais a mais ha negocios graves, importantes e urgentes, de que a camara tem necessidade de se occupar e resolver, para bem da causa publica (*apoiados*).

O sr. *Ministro do reino* (Fontes Pereira de Mello):—está de accordo com o precedente orador em que não ha inconveniente em votar-se a proposta do governo, salvas as opiniões individuais dos illustres deputados que são membros do conselho d'estado; e também entende, como s. ex.^a, que não vale a pena, no meio de tantas questões que a camara tem de se occupar, levantar mais uma que levará algum tempo a discutir, e que é um assumpto que o momento actual não comporta.

Cumprindo-lhe ser coherente consigo mesmo, não podia deixar de apresentar á camara a proposta que dá lugar á presente discussão, por isso que ella está de accordo com as suas opiniões emittidas anteriormente no parlamento, e com os seus actos praticados como governo.

Não ha duvida que, quando em março de 1859 se formou a administração de que tem a honra de fazer parte, fora á camara dos dignos pares pedir authorisação para que aquellos dos seus membros, que são conselheiros d'estado na secção do contencioso, podessem accumular aquellas funções com as de membro do parlamento; não fez igual pedido na camara electiva em relação áquelles de seus membros que estavam no mesmo caso, porque não lhe pareceu então que fosse isso indispensavel para que aquelle tribunal podesse funcionar, e mesmo porque não quiz levantar uma questão, que pelo debate poderia tomar o caracter de uma questão politica, que não quizera que n'essa occasião tivesse lugar na camara, e o governo é que era n'este caso o juiz da oportunidade ou não oportunidade de se tratar este assumpto.

Quando depois se abriu a sessão em novembro não fez também nenhum pedido a este respeito na camara electiva, porque as suas funções estavam por muito pouco tempo, porque pouco tardou a dissolução; e não julgou por isso necessario vir fazer este pedido.

Hoje porém que estamos n'um estado normal, que é a primeira sessão de uma nova legislatura, não pôde nem deve fazer um pedido na camara dos dignos pares, sem o fazer ao mesmo tempo n'esta camara, para que aquellos de seus membros, que forem conselheiros d'estado, possam accumular as duas funções. Se fizesse este pedido em uma camara sem o fazer na outra, isso é que seria uma incoherencia que não quer praticar.

A camara pôde conceder a authorisação pedida. Os illustres deputados n'ella incluídos podem recusar, mas a questão não fica prejudicada, nem comprometidas as opiniões de cada um. E sem querer entrar na questão suscitada pelo precedente orador, em relação ao artigo 110.^o da carta, deve com tudo dizer de passagem, que as funções do contencioso administrativo do conselho d'estado são funções que não existiram senão depois que ao conselho d'estado se deu a organização de 1845: antes d'isto essas funções não estavam reguladas. Portanto não se pôde tirar a conclusão que a tal respeito s. ex.^a tirou, porque o artigo 110.^o da carta é muito anterior á organização do contencioso, e portanto não regula para o presente caso (*apoiados*).

A camara de certo não quer agora discutir largamente a questão que se suscita, por causa do pedido do governo; mas se a camara quer interpretar authenticamente o artigo da carta, não se oppõe a isso; associa-se mesmo á vontade da camara; mas não é negocio para tratar agora, nem que deva prejudicar a resolução do pedido do governo. A camara pôde votar a proposta, ficando os srs. deputados com os seus escrúpulos e a sua consciencia salva, entendendo uns a carta de um modo, e outros entendendo-a de outro.

O sr. *Xavier da Silva*:—tem muita magoa em que se traga á camara para ser discutida e resolvida uma questão que, com quanto uns a reputem de pouca importancia, outros a consideram de summa gravidade, e digna de ser tratada mais detida e pausadamente.

Tem para si, que na camara não ha attribuições bastantes, marcadas na carta ou em lei especial, para decidir esta questão do modo como foi apresentada; tanto mais que se deve ponderar, que a decisão que se tomou na camara dos dignos pares a este respeito não obriga de forma alguma a camara dos deputados. Uma decisão qualquer não pôde obrigar os corpos legislativos a observá-la, sem que seja convertida em lei. Nem a respeito dos artigos 21.^o e 110.^o da carta, o da lei de 1845 que deu uma organização definitiva ao conselho d'estado, pôde ser interpretada ou entendida pela opinião isolada de cada um dos membros do governo, e da de uma ou outra casa do parlamento; mas só por uma lei interpretativa. É pois necessario definir esta questão, para se não tomarem a tal respeito decisões em sentido contrario.

Disse o sr. ministro do reino, que não considerou opportuno trazer esta questão na sessão passada, porque não podia levantar-se uma questão politica. É assim que se apresentou na outra casa; mas a este respeito cumpre notar, que a questão ou de necessidade ou de oportunidade; se é de oportunidade, então deve reservar-se para occasião competente; mas se é de necessidade, então s. ex.^a vê que n'este caso todos os actos praticados pelos deputados, membros do conselho d'estado, sem terem tido licença para accumular as duas funções, podem dar occasião a duvidar-se da sua competência; e é preciso evitar este inconveniente. S. ex.^a, na apresentação das opiniões que acabou de emittir, está coherente com o que sustentou n'outra occasião; mas agora não se trata de tomar uma resolução, segundo a opinião do sr. Fontes, mas sim segundo a opinião do governo, que apresenta na camara, um pedido, que elle (orador) entende que não se pôde conceder, porque nem o ministro pôde fazer tais pedidos em presença da carta, nem a camara em virtude da mesma carta, tem direito para conceder tal licença.

Sendo este negocio tão grave, é sua opinião que se submetta ao exame de uma comissão, que, dando o seu parecer pausadamente ser discutido, então se resolve, se é ou não precisa a licença que se pede para que os membros do parlamento, que são conselheiros d'estado, possam accumular estas duas funções. Não se prejudique a questão; não se trate de improvisar um negocio d'esta ordem. E n'estes termos pede, ou que o sr. ministro, por bem da causa publica, retire a parte do seu pedido, que diz respeito aos dois srs. deputados que são conselheiros d'estado, e que se vote o resto, ou então que a parte, que diz respeito aos dois referidos srs. deputados, seja remetida á comissão de legislação, e n'esta sentença manda para a mesa a seguinte proposta:

«Propoño que a proposta do sr. ministro do reino, respectiva aos dois srs. deputados que são conselheiros d'estado, para accumular as duas funções, seja remetida á comissão de legislação.»

Considerada como adiamento, e apoiada na forma do regimento, entra em discussão.

O sr. *Avila*:—quer só dizer duas palavras. Apoiou o adiamento e vota por elle, porque não vê inconveniente algum em que a proposta do governo seja adiada n'esta parte, pois que desde o momento em que os dois conselheiros d'estado, que são membros da camara, declaram, que se julgam obrigados a accumular as funções de conselheiro d'estado com as funções legislativas, o serviço publico não soffre. Elles vão funcionar da mesma maneira, quer a camara dê ou não licença. Portanto não ha inconveniente em votar o adiamento. O unico meio de pôr termo a uma questão tão grave como esta (porque amanhã podem vir outros ministros que entendam que não carecem de fazer iguaes pedidos, o que traz grande perturbação nos negocios publicos) é fazer-se uma lei interpretativa da carta; e é unicamente n'este sentido que vota o adiamento, parecendo-lhe que o unico fim com que o seu autor o apresentou foi, de que a comissão de legislação dê o seu parecer sobre este objecto.

O sr. *Pinto Coelho*:—não sabe o fim para que esta proposta ha de ir á comissão: se é para ella usar da iniciativa para apresentar um projecto de lei, pôde ella entender que não é preciso, e por isso não é este o meio mais seguro, e seria melhor que qualquer dos srs. deputados que entendem que o artigo da carta precisa de interpretação usasse da sua iniciativa, apresentando o competente projecto de lei. No estado actual das cousas, o unico meio de sair da difficuldade, que se apresenta, é approvare o pedido do governo com a clausula designada na proposta que apresentara; porque ficam salvas as duas opiniões, tanto a dos que entendem que o pedido da licença é preciso, como a daquelles que entendem que não o é; mas desde o momento em que o sr. ministro do reino entende que em vista de um artigo da carta os deputados que são do conselho d'estado não podem accumular as duas funções sem licença previa da camara, commetta um crime, como homem publico, se deixasse de pedir uma tal authorisação. N'estes termos o pedido é judicioso; a camara pôde votá-lo, mas com a clausula que propozera, a qual é indispensavel, porque a camara d'esse modo concede a authorisação pedida, mas não decide a questão, e não estabelece precedentes nem por um nem por outro lado. Por tanto vota contra o adiamento.

O requerimento do sr. Rodrigues Sampaio julgase a materia discutida, e posta a votos a proposta do sr. Xavier da Silva é rejeitada.

Lê-se novamente a proposta do sr. Pinto Coelho. O sr. *José Estevão*:—não tem duvida em votar a idéa consignada na proposta do sr. Pinto Coelho, com tanto que a redacção seja outra.

O sr. *Presidente*:—tenciona propor se a camara quer votar sobre a proposta, salva qualquer questão de direito sobre a necessidade da authorisação.

O sr. *Nequeira Soares*:—é de opinião que a moção do sr. Pinto Coelho se deve votar como elle a fez, porque assim fica tudo completamente salvo. Pondo-se á votação se se devia votar separadamente o pedido do governo em quanto aos conselheiros d'estado, é approvado.

Igualmente é approvado o pedido do governo quanto aos demais srs. deputados mencionados na proposta.

É também approvada a parte relativa aos conselheiros d'estado, com a clausula da proposta do sr. Pinto Coelho—se a authorisação por direito for precisa.

O sr. *Ministro do reino* (Fontes Pereira de Mello):—declarando que, por esquecimento involuntario, omitira no pedido o nome do sr. Belchior José Garcez, director da escola polytechnica, pede á camara haja de votar esta authorisação.

É approvada.

O sr. *Camara Leme*:—participa que a comissão de guerra se constitua, nomeando para presidente ao sr. Palmeirim, para relator ao sr. Thiago Horta, e a elle para secretario.

O sr. *José Estevão*:—perguntando se o parecer da comissão de verificação de poderes sobre a eleição do circulo do Mogadouro está em termos de poder ser discutido, pede que elle seja dado quanto antes para ordem do dia.

O sr. *Presidente*:—declara que esse parecer ha de entrar em discussão na primeira sessão.

Dá-se conta na mesa de um officio do ministerio do reino, acompanhando o decreto, pelo qual Sua Magestade houve por bem nomear os srs. Alberto Antonio de Moraes Carvalho e João de Mello Soares, para servirem no impedimento simultaneo do presidente e vice-presidente da camara.

Passa-se ao apuramento da comissão especial sobre a moeda falsa, e verificando-se terem entrado na urna 79 listas, sendo 7 brancas, maioria absoluta 40, sem eleitos

Os srs. D. Rodrigo José de Menezes, com 66 votos Custodio Rebello de Carvalho... 57 » Bento de Freitas Soares... 51 » Antonio Pequeto de Seixas e Andrade... 49 » Gaspar Pereira da Silva... 44 » Francisco de Almeida Coelho Bivar... 42 »

Faltando um, por não ter alcançado maioria absoluta mais nenhum sr. deputado.

O sr. *Presidente*:—dá para ordem do dia de quarta feira (22), na primeira parte os pareceres da comissão de poderes sobre a eleição do Mogadouro e de Porença a Nova, o parecer n.º 6 sobre a compatibilidade ou incompatibilidade do sr. deputado Filipe Folque, e os projectos n.ºs 7 e 8 da comissão de fazenda sobre a prorrogação dos prazos estabelecidos para a troca e giro das moedas mandadas retirar da circulação, e criação de 1:000 contos de réis em inscrições em adiamento á somma autorizada pela lei de 7 de junho ultimo; e na segunda parte, complemento da eleição de um membro para a comissão de moeda falsa, e continuação da eleição de comissões, começando pela de infracções; e levanta a sessão—*eram quatro horas e meia da tarde*.

No extracto da sessão de hontem (17), quando a pag. 158, col. 4.^a, se dá conta da eleição da comissão de legislação, onde se lê o nome do sr. Gonçalves de Freitas, deve ler-se o do sr. Gaspar Pereira da Silva.

Propostas de lei
apresentadas pelo sr. ministro da fazenda em sessão de 15 do corrente, e a que se refere o relatório sobre o estado da fazenda publica
inserto no Diário de Lisboa n.º 39 de 17 do mesmo mez
(Continuação do numero antecedente)

TABELLA B
Que comprehende todas as profissões, industrias, artes ou officios que podem formar gremio

CLASSAS	TAXAS SEGUNDO A ORDEM DAS TERRAS				
	1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a	5. ^a
1. ^a	100.000	60.000	50.000	40.000	30.000
2. ^a	50.000	35.000	30.000	20.000	15.000
3. ^a	40.000	30.000	20.000	12.000	10.000
4. ^a	30.000	20.000	12.000	8.000	6.000
5. ^a	20.000	12.000	8.000	5.000	4.500
6. ^a	12.000	8.000	5.000	3.000	2.000
7. ^a	5.000	3.000	2.000	1.500	1.000
8. ^a	1.500	1.000	800	500	300

PRIMEIRA PARTE

Profissões, industrias, artes ou officios, cujas taxas são sujeitas ás cinco ordens de terras

PRIMEIRA CLASSE

Aguardente de vinho, fructas ou de outra qualquer especie (mercador por grosso de)
Agencias de companhias estabelecidas em paiz estrangeiro
Azeite de oliveira ou de outra qualquer qualidade (mercador por grosso de)
Algodão (mercador por grosso de tecidos de)
Banqueiro
Cereaes (mercador por grosso de)
Chá (mercador por grosso de)
Drogas (mercador por grosso de)
Ferro em barra (mercador por grosso de)
Modas (empresario de armazen ou casa em grande escala de)
Negociante ou capitalista commerciante
Vinho ou vinagre (mercador por grosso de)

SEGUNDA CLASSE

Assucar (mercador por grosso de)
Bazarr de mercadorias novas (empresario de)
Cambista (quando, alem de outras transacções, compra e vende fundos publicos, e faz descontos de letras ou outros quaisquer)
Capitalista (o que faz descontos de letras ou outros quaisquer, compra e vende fundos publicos sem estabelecimento)
Empresario de construção de edificios
Estufador (com estabelecimento, vendendo moveis e outros objectos de adorno de casa)
Gado vacum (mercador de)
Lã (mercador por grosso de tecidos de)
Madeiras para construção (empresario de estanciacão de)

TERCEIRA CLASSE

Alfaiate ou algebebe (com armazen de fazendas ou fato feito)
Arroz (mercador por grosso de)
Bacalhau (mercador de)
Bazarr de mobílias usadas (empresario de)
Carvão de madeira ou de pedra (mercador por grosso de—vendendo em estanciacão ou armazen)
Casa de pasto, conjuntamente com hospedaria (empresario ou dono de)
Casa de saude para tratamento de doentes (empresario de)
Cordoeiro (fabricante e mercador de cabos e outros aprestos para embarcações)
Couro cortidos de qualquer qualidade (mercador por grosso de—ainda que também venda por miúdo)
Espectaculos publicos (empresario de companhia de luxo)
Ferragens novas (mercador de—vendendo objectos de luxo)
Gado suino (mercador de)
Legumes (mercador por grosso de)
Licores (fabricante ou mercador por grosso de)
Linho (mercador por grosso de tecidos de)
Linho em rama, assado ou fiado (mercador por grosso de)
Livros scientificos ou litterarios, nacionaes ou estrangeiros (mercador por grosso de)
Louças de porcelana e outras finas estrangeiras (mercador de)
Marceneiro (fabricante e mercador de moveis novos de mogno, murta, vinhatico e outras madeiras de estimação)
Modas (empresario ou dono de armazen ou casa commun de)
Seda (mercador por grosso de tecidos de)
Seges, carruagens, carrinhos, caleches ou outros vehiculos semelhantes (fabricante ou mercador de)

QUARTA CLASSE

Advogado
Agencia commercial (empresario ou dono de escritorio de)
Banhos publicos nos rios (dono e empresario de barcas para)
Batatas (mercador por grosso de)
Bolaxa (mercador por miúdo de—com venda de farinhas, sementes e productos analogos)
Botequim com bilhar ou sorvetes (empresario de)
Bronze, cobre, ferro ou outros metaes não preciosos (mercador de objectos de grandes dimensões de)
Cambista (quando as suas transacções se limitam ordinariamente á troca de moedas e á venda de bilhetes e cautelas das loterias)
Cebolas (mercador por grosso de)
Certeiro (mercador ou fabricante de velas ou de outras obras de cera)
Cirurgião (agregando-se com os medicos)
Commissario nos mercados publicos de vinho, azeite e cereaes (quer volantes, ou com estabelecimento ou numero, salvo se forem classificados como negociantes)
Conserveiro (com estabelecimento, incluindo os que preparam comida, hortaliças e fructas doces em latas hermeticamente fechadas)
Corretor de cambios, fundos publicos, navios ou mercadorias
Engenheiro civil
Explicador particular de mathematicas ou de outras sciencias (ainda que sejam lentes ou professores dos estabelecimentos de instrução pagos pelo estado)
Gado cavallar ou mular (mercador de)
Guarda-livros
Lã em bruto, lavada, cardada ou fiada (mercador por grosso de)
Leilões (dono de estabelecimento para vendas em leilão)
Madeiras e outros objectos para combustivel (empresario de estanciacão de)
Medicos e cirurgiões medicos
Melago (fabricante ou mercador de)
Neve em rama (mercador de)
Ourives de ouro ou prata (fabricante ou mercador com estabelecimento)
Pelleiro (fabricante ou mercador de obras de pelles)
Pelles para cortar (mercador por grosso de)
Pianos e harpas (mercador de)

Relogios novos (fabricante ou mercador de)
Sacos e pannos (alugador de)
Sal (mercador por grosso de)
Sapateiro (mercador por grosso de calçado)
Seda em rama (mercador por grosso de)
Toucinho, presunto ou carnes ensacadas (mercador por grosso de)
Vidro ou crystal (mercador por grosso de objectos de)

QUINTA CLASSE

Açougue (empresario de)
Actor ou actriz de companhia estabelecida por mais de seis mezes no mesmo local—*primeiras partes*
Adello com estabelecimento
Aduella (mercador de)
Algodão (fianqueiro ou mercador por miúdo de tecidos de)
Alquilador (comprando, vendendo ou alugando calvaladuras)
Alugador de moveis, incluindo objectos funerarios e armações de igreja
Asphalto (mercador de)
Assucar (mercador por miúdo de)
Banhos publicos nos rios (dono ou empresario de barcas para)
Banhos de vapor ou outros artificiaes de qualquer especie (dono ou empresario de estabelecimento de)
Barcas de passagem nos rios (dono ou empresario de)
Cabelleireiro com sala ou loja, vendendo perfumarias ou bijouterias
Candieiros de bronze ou de outros metaes, com ornatos (mercador de)
Canteiro ou esculptor em pedra, com estabelecimento
Capellista, vendendo objectos de modas
Carvão (mercador por grosso de—vendendo em barcos ou nos mercados)
Casa de pasto (empresario ou dono de)
Casca de sobro para cortumes (mercador de)
Chá (mercador por miúdo de)
Chapéus (fabricante ou mercador de)
Cobre em chapa (mercador de)
Confeiteiro, com estabelecimento
Cordoeiro (fabricante ou mercador de cabos para embarcações)
Correio (fabricante ou mercador)
Dansarino ou dansarina, primeiras partes
Despachante
Dourador de ornatos, com estabelecimento
Drogista (mercador por miúdo de drogas), com estabelecimento
Espectaculos publicos (director de companhia de)
Estofador, com estabelecimento
Ferragens novas (mercador de)
Fructas (mercador por grosso de)
Gado ovelhum ou caprum (mercador de)
Galão de ouro ou prata (mercador ou fabricante de)
Lã (mercador por miúdo de tecidos de)
Linho (mercador por miúdo de tecidos de)
Marceneiro (fabricante ou mercador de moveis novos de mogno, murta, vinhatico e outras madeiras de estimação)
Massas (mercador de aletria, macarrão e outras semelhantes)
Merceiro
Navios (constructor de)
Ourives de ouro ou prata (mercador)
Palha, para alimento de animaes (mercador de)
Papel para escrever (mercador de)
Pastelleiro, com estabelecimento
Perfumes (mercador de)
Pianos (fabricante de)
Proposto estipendiado para gerencia de negocios commerciaes ou fabris
Queijos (mercador por grosso de)
Realejos (mercador ou fabricante de)
Salcheiro, com estabelecimento
Seda (mercador por miúdo de tecidos de)
Tamanqueiro (mercador por grosso de tamanques)
Toucinho, presunto ou carnes ensacadas (mercador por miúdo de)
Vinho ou outras bebidas espirituosas engarrafadas (mercador de)

SEXTA CLASSE

Administradores de empresas litterarias
Agentes ou commissionados volantes para compras, por conta alheia, de cereaes, liquidos, fructos e outros generos com destino ás fabricas ou armazens de seus donos
Agentes de leilões, sem estabelecimento
Alfaiate de medida, com estabelecimento
Algebebe
Almanachs ou annuarios (editor proprietario)
Almocreve (o que transporta carga em bestas suas)
Arame (fabricante ou mercador de)
Architecto
Armeiro de armas de fogo ou brancas, com estabelecimento
Assedador de linho, com estabelecimento
Azeite de oliveira ou de outra qualquer qualidade (mercador por miúdo de)
Bahuleiro, com estabelecimento
Banheiro, que tenha barraca para banhos no mar ou nos rios
Banhos publicos em casa (empresario de)
Barcos de passagem nos rios (dono ou empresario de)
Barcos e outras embarcações miúdas para os rios (constructor de)
Bate-folha, com estabelecimento de preparar metaes em folhas ou laminas
Bate-folhas (mercador de folhas ou laminas de metaes)
Bolaxa (mercador por miúdo de—com estabelecimento)
Bordador de ouro ou prata, com estabelecimento
Boticario, sem bilhar nem sorvetes (empresario de)
Boticario, com estabelecimento
Bronze, cobre, ferro e outros metaes não preciosos (mercador de objectos de pequenas dimensões de)
Cabelleireiro, com sala ou loja
Caixeiro de escritorio ou caixeiro de fóra
Cal, areia, tijolos e objectos analogos (mercador por miúdo de)
Camareiro de theatros ou outros espectaculos publicos
Candieiros de bronze ou de outros metaes (fabricante de)
Carpinteiro de seges, com estabelecimento
Cartonagem (mercador de)
Cera em bruto (mercador de)
Cereaes (mercador por miúdo de)
Cerveja (mercador de)
Chapéus de sol (fabricante ou mercador)
Chocolateiro (fabricante ou mercador)
Chumbo para caça (fabricante de)
Collegio de educação, não se entendendo sob esta denominação as aulas de instrução primaria só de alumnos externos (empresario de)
Colehoeiro, com estabelecimento
Conteiro (fabricante ou mercador de missangas)
Contraste (alem da taxa que lhe pertença pelo estabelecimento, tendo-o)
Cordoeiro (fabricante e mercador de corda, cordel e fio)
Couro cortidos de qualquer qualidade (mercador por miúdo de)
Cuteleiro, com estabelecimento
Dentista, fabricando dentes e vendendo objectos da sua arte

1 Considerando-se como tal os lavradores ou fabricantes que, em diferente edificio ou local do da produção, estabelecem loja ou armazen para venda.

Editor, o que faz d'isso sua habitual profissão
Elasticos para suspensórios, espartilhos, ligas e outros objectos analogos (fabricante ou mercador de)
Enxofre (refinador ou mercador de—com estabelecimento)
Escritorios publicos (os que fazem d'isso sua habitual profissão)
Escultor em madeira, com estabelecimento
Esmaltador, com estabelecimento
Estalajadeiro
Estanho (mercador de)
Estucador (empresario)
Ferro em moveis (fabricante e mercador de camas, cadeiras e outros objectos de mobilia)
Fio de ouro ou prata (fabricante ou mercador de)
Fogões de sala (construtor ou mercador de)
Fumileiro, com estabelecimento de objectos de folha branca
Gado asinino (mercador de)
Galão de ouro ou prata (mercador de)
Harpa (mestre de musica de)
Hospedaria sem comida (empresario de)
Instrumentos astronomicos, nauticos ou de physica (fabricante ou mercador de)
Instrumentos de cirurgia (fabricante ou mercador de)
Instrumentos musicos de vento (fabricante ou mercador de)
Latoeiro (mercador ou fabricante de objectos de latão), com estabelecimento
Licores (mercador e fabricante por miúdo de)
Livros scientificos ou litterarios, nacionaes ou estrangeiros (mercador de)
Louça de pó de pedra (mercador de)
Luveiro (fabricante ou mercador de)
Lithographia (empresario de)
Mestre de obras (pedreiro ou carpinteiro)
Marfim (fabricante ou mercador de objectos de)
Oculista (fabricante ou mercador de ocullos)
Oleados (fabricante ou mercador de)
Ouvires de ouro ou prata (fabricante)
Padeiro
Papel pintado (mercador de)
Perfumes (fabricante ou mercador de)
Piano (mestre de musica de)
Pintor (mestre)
Preparador de vinhos para embarque
Quinquilharias (mercador de)
Retrozeiro, com estabelecimento
Sapateiro (fabricante com officios ou mercador por miúdo de calçado)
Seda em rama (mercador por miúdo de)
Solicitador ou procurador de causas
Stearina (mercador de velas de)
Tamanas (fabricante e mercador de)
Tamoaria (mercador ou fabricante de objectos de)
Tintureiro (empresario)
Typographia (empresario de)
Velame para embarcações (o que tem estabelecimento de)
Vidro em crystal (mercador por miúdo de objectos de)
Vinho ou vinagre (mercador por miúdo ou taverneiro, considerando-se como tal o lavrador ou fabricante que o vende fóra da sua adegas, em loja ou armazem, dando ou não comida)

SETIMA CLASSE

Abridor, com estabelecimento
Aço em espelhos (o que o põe, como empresario)
Aferidor de pesos e medidas
Afinador de pianos, cravos e outros instrumentos
Agencias indeterminadas, ou individuos que dizem viver da sua agencia
Agentes de enterros
Aguardente de vinho, fructas ou de outra qualquer especie (mercador por miúdo de)
Albardeiro, com estabelecimento
Alveitar
Alvicaireiro
Amolador, com estabelecimento
Apontador de obras
Apparelhador de navios
Arameiro, com estabelecimento de objectos de arame
Aroes de barris ou de pipas (fabricante ou mercador de)
Balanças (construtor de pesos e de)
Barbeiro, com estabelecimento, ou sem elle, sendo sangrador
Barcos e outras embarcações maiores ou menores que naveguem nos rios (dono de)
Batatas (mercador por miúdo de)
Betumes (fabricante ou mercador de)
Bordador de seda, linho ou algodão, com estabelecimento
Bronze (fabricante de objectos de pequenas dimensões de)
Bufarinheiro, com cavalgadura
Burnidor de objectos de metal, com estabelecimento
Cabresteiro, com estabelecimento
Caça ou aves domesticas (o que tem loja ou logar para venda de)
Calafate (empresario)
Calceiro (mestre ou empresario)
Canto (mestre ou mestra de)
Capellista com loja de capella, sem objectos de modas
Cardador de lã (empresario)
Carniceiro ou cortador (o que corta ou pesa carne no agougue)
Carpinteiro de carros ou outros instrumentos agricolas, com estabelecimento
Cartas de jogar (mercador de)
Carvão (mercador por miúdo de)
Castradores de gado
Cinzas (mercador de)
Cobrador nos agougues
Cobre (fabricante de objectos de pequenas dimensões de—como cagarolas e outros semelhantes)
Colla (fabricante de)
Contramestre de fabricas e officinas
Cordas para instrumentos (fabricante ou mercador de)
Cordoieiro (fabricante ou mercador de corda, cordel e fio)
Coronheiro, com estabelecimento
Cortica (mercador por miúdo de)
Dansa (mestre de)
Dentista (o que só tira dentes sem vender nenhuns objectos)
Desenho (mestre de)
Director de typographia
Dourador, bronzeador ou galvanizador, com estabelecimento
Embutidor, com estabelecimento
Encadernador, com estabelecimento
Ensaador de ouro ou prata
Entalhador, com estabelecimento
Equitação (mestre de)
Escovas (fabricante ou mercador de)
Esgima (mestre de)
Esmalhador, com estabelecimento
Esparteiro, com estabelecimento
Estalagem para guardar animaes (dono de)
Estampas (mercador de)
Esteiras (fabricante ou mercador de)
Estofo ou carteiros de bolso (fabricante ou mercador de)
Fatos para mascaras, theatros, etc. (alugador de)
Ferreiro, com estabelecimento
Ferragens usadas (mercador de—com estabelecimento)
Ferro (fabricante de objectos de pequenas dimensões de)
Flores artificias (fabricante e mercador de)

Fogueteiro (fabricante ou mercador de fogos de artifício)
Ferreira, com loja ou logar
Forno (empresario de fornos para cozer pão, sem vender)
Fructas e hortaliças (mercador por miúdo de)
Fundas para quebraduras (fabricante ou mercador de)
Gabinete de leitura (empresario de)
Galochas (fabricante ou mercador de)
Graxa (fabricante ou mercador de)
Grude (fabricante ou mercador de)
Herbolario ou mercador de sanguesugas, com estabelecimento
Hortaliças (mercador por grosso de)
Inculcador de creados ou creadas de servir
Instrumentos musicos de vento (fabricante ou mercador de)
Jardineiro (empresario)
Jogos publicos de malha, bola, ou os licitos de cartas, ainda que haja um só ou todos no mesmo local
Lã em bruto, lavada, cardada ou fiada (mercador por miúdo de)
Lacre (fabricante ou mercador de)
Lapidario, com estabelecimento
Legumes (mercador por miúdo de)
Leite (o que tem animaes para venda de)
Leques (fabricante ou mercador de)
Linho em rama, assedado ou fiado (mercador por miúdo de)
Livros (alugador de)
Livros em branco, pautados ou riscados para escriptura (o que os faz, como empresario)
Louça de barro ordinaria (mercador de)
Manteiga (fabricante de)
Marceneiro (fabricante ou mercador de moveis de madeiras ordinarias)
Mordomo
Musica, com excepção de piano ou harpa (mestre de)
Musico
Ódres (fabricante ou mercador de)
Osso (fabricante ou mercador de objectos de)
Palha (fabricante de tranças, cordões, chapéus e outros objectos de)
Papellão (mercador de)
Papel pintado (fabricante de)
Passaros (o que tem estabelecimento para venda de)
Peixe fresco ou salgado não sendo bacalhau (o que tem loja ou logar para venda de)
Pelles para cortar (mercador por miúdo de)
Peneiras (fabricante ou mercador com estabelecimento de)
Penteiro (fabricante ou mercador de pentes)
Picheiro (fabricante ou mercador de obras de estanho)
Picador ou ensinador de cavallos
Pintor de ornatos
Pintor ou artista, vendendo só as produções da sua arte
Plumas (empresario de estabelecimento de preparar)
Polceiro, com estabelecimento de moitões e outros objectos semelhantes
Polidor (empresario)
Pós para gomma (fabricante ou mercador de)
Pregoeiro nos leilões
Professor de instrução primaria ou secundaria, ou de artes e sciencias não pago pelo estado, ou ainda que o seja, quando de licções particulares
Queijos (mercador por miúdo de)
Redes para caça ou pesca (fabricante ou mercador de)
Relogios usados de algeibre ou de parede (mercador de—ou o que os concerta)
Retrozeiro (fabricante de retroz)
Rolhas de cortica (mercador de)
Roupa (empresario de estabelecimento de lavagem de—por processos mechanicos)
Sal (mercador por miúdo de)
Sabo em rama ou em pão (mercador de)
Sergueiro, com estabelecimento
Tamanas (fabricante ou mercador de)
Tanques para lavar (empresario de)
Torreiro, com estabelecimento
Trapeiro, com estabelecimento
Tripas (mercador de)
Vassouras (fabricante ou mercador de)
Vedor ou descobridor de aguas
Verniz (fabricante ou mercador de)
Veterinario
Vidraceiro, com estabelecimento
Vimes (empresario de estabelecimento em que se fazem cabazes, cestas, canastras e outras obras semelhantes)

OITAVA CLASSE

Adello ou vendilhão volante, vulgarmente chamado ferro velho
Ajuntadeiras
Amolador ambulante
Armas de embarcação
Barbeiro ambulante
Barcos e outras embarcações miúdas para os rios (rendeiro de)
Bufarinheiros em cavalgadura, incluindo n'estas classes os denominados contrabandistas, homens ou mulheres
Caldeireiro ambulante
Caixeiro de balcão, ou qualquer outro empregado mercantil, que não seja proposto, guarda livros, caixeiro de escriptorio, ou caixeiro de fóra
Casulos (o que extrahia a seda dos)
Cezidor
Costureira em casa propria, com operarias
Desenhador para fabricas
Dobador
Escrevente de cartorio de tabelliães ou escrivães, incluindo os denominados regentes
Estanhador ambulante
Fiel de feitos
Flores ou arvores naturaes (mercador de)
Formeiros (os que fazem fórmias para calçado e outros destinos, com estabelecimento)
Gesso (mercador com estabelecimento de objectos de)
Instrumentos de cordas, não sendo pianos ou harpas (fabricante ou mercador de)
Leite (revendedor de—sem animaes proprios)
Louça de barro ordinaria (fabricante de—sendo só elle operario, e trabalhando por sua conta)
Lithographo
Magarefe (matador ou esfolar de gado)
Marroteiro (mestre de marinha de sal)
Obricias (fabricante ou mercador de)
Officias de diligencias judicias ou administrativas
Officias de quaisquer officios ou artes
Pallinha ou rotim (o que põe—nas cadeiras, como empresario)
Palitos (fabricante de)
Parreira
Pavios ou palitos phosphoricos (fabricante de)
Pinceis (fabricante de)
Pintor
Poeiro (empresario de construção e limpeza de poços)
Preparador de objectos de historia natural
Revisor de provas typographicas
Sapateiro (o que se limita a concertar calçado)
Surrador de pelles, com estabelecimento
Teclão
Tosquidador de animaes
Traductor para jornaes
Typographo (compositor ou impressor)
Vendedor de livros velhos, em local fixo ou portas de escada

PARTE SEGUNDA

Industrias, profissões, artes ou officios, em cujas taxas influe alguma ou algumas das cinco ordens das terras em que são exercidas
Banhos mineraes ou thermaes alimentados por nascentes (empresario de):
nas terras de primeira ordem 30\$000
em todas as outras 15\$000
Casas onde se empresta dinheiro ou generos sobre penhores de qualquer especie ou sem elles:
nas terras de 1.ª ordem 30\$000
nas terras de 2.ª ordem 20\$000
nas terras de 3.ª, 4.ª e 5.ª ordens 15\$000
Especuladores, que não sendo classificados negociantes, accidentalmente armazenam e vendem em diferentes epochas do anno, por sua conta ou por comissão, cereaes, azeite, vinho ou aguardente, ainda que o azeite ou vinho proceda de azeitona ou uva comprada aos lavradores:
nas terras de 1.ª ordem 30\$000
em todas as outras 20\$000
Especuladores como acima, sobre quaisquer productos ou generos que não sejam os mencionados:
nas terras de 1.ª ordem 20\$000
em todas as outras 15\$000
Massas (fabrica de alcatra, macarrão e semelhantes):
nas terras de 1.ª ordem 30\$000
nas terras de 2.ª ordem 20\$000
nas terras de 3.ª, 4.ª e 5.ª ordens 15\$000
A fabrica que tenha conjuntamente engenhos para moer grão pagará em separado, cada par de mós 6\$000 rs.
Ossos em bruto (mercador de):
nas terras de 1.ª ordem 10\$000
em todas as outras 6\$000

PARTE TERCEIRA

Industrias, profissões, artes ou officios, em cujas taxas influe a ordem das terras em que são exercidas
Aguardente de qualquer especie ou genero (fabricante de) empregando generos que não sejam da sua produção:
com aparelhos de destillação continua sem os ditos aparelhos 10\$000
Agua mineraes ou thermaes (explorador de) 3\$000
Azulejos (fabrica de) 18\$000
Balaça, pão de munição ou common, com engenhos de moer farinhas e motor a vapor ou agua (fabrica de) 100\$000
Botões de osso, unha, concha ou de outras materias (fabrica de):
com machimmo a vapor ou agua 60\$000
sem motor a vapor ou agua 10\$000
Capitão ou mestre, commandante de navios:
de alto mar 10\$000
de cabotagem 5\$000
Cartas de jogar (fabricante de) 10\$000
Casa de pasto nos barcos a vapor (empresario de) 3\$000
Cerveja ou bebidas gazosas (fabricante de)
Cortica (mercador por grosso de) 50\$000
Contra-mestre de fabrica 5\$000
Contra-mestre de officina 3\$000
Estrumes (mercador de) 3\$000
Fundição de objectos de grandes dimensões, de bronze, cobre, ferro ou outros metaes não preciosos (empresario de):
com motores a vapor ou agua 60\$000
sem os ditos 30\$000
Fundição de tipos ou de outros objectos typographicos (empresario de) 30\$000
Fructas e hortaliças em barcos (mercador de) 4\$000
Guano ou estrume artificial (fabrica de):
com machimmo a vapor ou agua 50\$000
sem os ditos 20\$000
Lavadouros de lã (empresario de) 10\$000
Mestre de navio, não commandante:
de alto mar 6\$000
de cabotagem 3\$000
Mestre de fabrica, não sendo dono ou empresario 8\$000
Mestre de officina, não sendo dono ou empresario 5\$000
Oleados (fabrica de) 20\$000
Ossos (fabricante de pó de) 8\$000
Piloto 25\$000
Salga de carnes ou de pescado (estabelecimento de) 6\$000
Sumagre (mercador de) 6\$000
Stearina (fabrica de velas de):
com motor de vapor ou agua 50\$000
sem os ditos 20\$000

Secretaria d'estado dos negocios da fazenda, em 15 de fevereiro de 1860. — José Maria do Casal Ribeiro.

N.º 6

PROPOSTA DE LEI

Artigo 1.º Ficam extinctos desde o 1.º de janeiro de 1861 em diante os impostos denominados de creados e cavalgaduras, e quatro por cento sobre a renda das casas, assim como todos os adicionais e sellos do conhecimento pelos respectivos impostos; e substituidos por uma contribuição que se denominará — pessoal — nos termos da presente lei.
Art. 2.º A contribuição pessoal compõe-se:
1.º De taxas fixas reguladas pela tabella annexa que faz parte da presente lei;
2.º De uma percentagem complementar sobre a renda ou valor locativo das casas de habitação que exceder a 20\$000 réis nas terras de primeira ordem; 10\$000 réis de segunda, terceira e quarta, e 5\$000 réis nas terras de quinta ordem, do reino e ilhas adjacentes, a qual percentagem complementar será fixada annualmente nos termos da presente lei.
§ unico. A ordem das terras a que se refere este artigo é a que se acha estabelecida no artigo 4.º da lei da contribuição industrial.
Art. 3.º As taxas de que trata o n.º 1.º do artigo antecedente rechem:
1.º Sobre os creados do sexo masculino;
2.º Sobre cavallos, eguas ou muareis;
3.º Sobre os vehiculos destinados ao transporte de pessoas.
Art. 4.º Exceptuam-se da disposição do n.º 1.º do artigo 3.º:
1.º Aquelles que só accidentalmente fizerem serviço de creados;
2.º Os creados ou moços dos fornecedores e padeiros; os amassadores e moços de fornos; os moços, bolieiros e cocheiros de reges e carruagens de aluguer; os serventes e moços de casas de pasto, hospedarias, lojas de bebidas e outras analogas.
Art. 5.º Exceptuam-se da disposição do n.º 2.º do artigo 3.º:

1.º Os cavallos, eguas e muareis que tiverem praça no exercito, e os das pessoas a quem o estado os concede ou obriga a ter, para desempenho dos seus cargos;
2.º Os cavallos, eguas ou muareis, que tiverem continuado uso na agricultura;
3.º As eguas de criação, os poldros até quatro annos, e os cavallos destinados á padreação, na proporção de um por dez eguas, que tiver o mesmo proprietario;
4.º As cavalgaduras de carga dos moleiros, dos almocrevos, dos padeiros, recoveiros e outras analogas profissões.
Art. 6.º Exceptuam-se da disposição do n.º 3.º do artigo 3.º os trens de aluguer.
Art. 7.º Ficam sujeitas á contribuição pessoal todas as pessoas nacionaes ou estrangeiras que residirem no continente do reino e nas ilhas adjacentes.

§ unico. Exceptuam-se:

1.º Os membros do corpo diplomatico estrangeiro em effectivo serviço;
2.º Os agentes consulares de paizes estrangeiros que forem cidadãos estrangeiros, e não tiverem em Portugal rendimento algum, alem do que lhes provier do seu emprego.

Art. 8.º A contribuição pessoal começa a vencer-se desde o principio do trimestre em que o contribuinte tiver no concelho algum objecto sujeito ás taxas estabelecidas no n.º 1.º do artigo 2.º, ou por sua conta alguma casa de habitação arrendada ou propria, embora não resida n'ella; e cessa de vencer-se desde o começo do trimestre em que o contribuinte deixou de ter objectos a ella sujeitos.

Art. 9.º Os proprietarios dos predios, cujos inquilinos estiverem sujeitos a esta contribuição, serão responsaveis pela percentagem que elles deverem.

§ unico. O predio occupado pelos inquilinos, em que recair a contribuição, é garantia especial d'ella.

Art. 10.º O lançamento e distribuição da contribuição pessoal far-se-ha por concelhos, e compete á junta dos repartidores da contribuição predial, com reclamação para a mesma junta e recurso para o conselho d'estado, nos termos da presente lei.

§ 1.º Haverá em cada concelho informadores louvados especiaes para o serviço d'esta contribuição, nomeados annualmente pelas juntas.

§ 2.º Compete ás mesmas autoridades a imposição de quaisquer multas a que possa dar lugar o lançamento ou a repartição da contribuição pessoal.

Art. 11.º Far-se-ha em cada concelho um arrolamento geral de todas as pessoas que, nos termos da presente lei, estiverem sujeitas á contribuição pessoal, que se denominará — matriz da contribuição pessoal —, a qual matriz servirá para se lançar e distribuir a mesma contribuição.

§ 1.º Esta matriz será feita pelo escrivão de fazenda do respectivo concelho, tomando por base no primeiro anno o ultimo lançamento das contribuições extinctas por esta lei, no qual fará, ex-officio, ou a reclamação de qualquer cidadão contribuinte, todas as alterações que a mudança de circumstancias dos individuos ali collectados ou as novas provisões d'esta lei tornarem necessarias. Feita a primeira matriz será esta tomada para base das subseqüentes.

§ 2.º Nesta matriz declarar-se-ha:

1.º O nome da pessoa sujeita á contribuição pessoal;

2.º A sua moradia;

3.º A ordem da terra em que resida;

4.º O facto ou factos sobre que recair a contribuição.

Art. 12.º A matriz, depois de feita pelo respectivo escrivão de fazenda nos termos do artigo antecedente, será patente aos contribuintes no tempo e pelos prazos que os regulamentos fixarem; e das reclamações que não forem satisfeitas pelo escrivão de fazenda haverá recurso para as juntas dos repartidores da contribuição predial, que os julgard nos prazos estabelecidos nos mesmos regulamentos.

§ unico. Com as rectificações feitas pelas juntas dos repartidores ficam as matrizes concluidas para por ellas se fazer o lançamento e repartição da contribuição pessoal do anno respectivo, nos termos da presente lei.

Art. 13.º A importancia do contribuição pessoal será, sobre proposta do governo, votada annualmente pelas cortes, e repartida pelos districtos administrativos.

Art. 14.º As juntas geras de districto repartirão pelos respectivos concelhos o contingente que por lei pertencer aos seus districtos administrativos.

Art. 15.º As camaras municipaes poderão recorrer, para o conselho d'estado, da repartição feita pelas juntas geras de districto, quando a julgar injusta com relação aos seus respectivos concelhos.

Art. 16.º Á vista das matrizes concluidas, nos termos dos artigos 11.º e 12.º e seus §§, lançarão logo as juntas dos repartidores as taxas fixas, estabelecidas no n.º 1.º do artigo 2.º d'esta lei ás pessoas que a ellas estiverem sujeitas.

Art. 17.º A differença entre o contingente da contribuição pessoal que couber a cada concelho, e a importancia total das taxas fixas de que trata o n.º 1.º do artigo 2.º da presente lei, com que da respectiva matriz se mostrar, conforme a disposição do artigo antecedente, dever contribuir o mesmo concelho, será pela junta dos repartidores da contribuição predial repartida proporcionalmente á renda ou valor locativo das casas de habitação, que nos termos do n.º 2.º do artigo 2.º da presente lei estiverem sujeitos á contribuição pessoal.

Art. 18.º Nos concelhos de Lisboa e Porto a percentagem sobre a renda das casas de habitação será igual para os respectivos bairros que os compõem, não se subdividindo o contingente de cada um dos ditos concelhos; porém, para todos os mais effectos d'esta lei, os mesmos bairros serão considerados como concelhos.

Art. 19.º Da matriz concluida nos termos dos artigos 11.º e 12.º e seus §§ da presente lei, e do lançamento e repartição que sobre ella se fizer, nos termos dos artigos 16.º e 17.º da mesma lei, haverá ainda recurso para o conselho d'estado, nos termos dos artigos 9.º e 10.º da lei da contribuição predial.

Art. 20.º A contribuição pessoal será adicionada com 20% para falhas e annullações, os quaes 20% serão contados sobre o total da contribuição, comprehendidos os adicionais que houver; e da mesma forma, quando tenha lugar a annullação de qualquer collecta, serão restituídos aos contribuintes os adicionais com a verba principal.

Art. 21.º É o governo autorisado a fazer os regulamentos necessarios para desenvolvimento e execução das disposições contidas na presente lei, a estabelecer as multas convenientes para tornar efectiva essa execução, e a occorrer ás despesas com a formação das primeiras matrizes.

Art. 22.º Fica suspensa a execução da presente lei nas ilhas adjacentes, em quanto ali subsistirem os ditos.

Art. 23.º Fica revogada em geral toda a legislação em contrario, e especialmente a relativa aos impostos que são extinctos e substituidos pela presente lei, na parte que se oppozer ás suas disposições.

Secretaria d'estado dos negocios da fazenda, em 15 de fevereiro de 1860. — José Maria do Casal Ribeiro.

TABELLA

Das taxas fixas da contribuição pessoal

UNIDADES TRIBUTAVEIS	ORDEN DAS TERRAS		
	1.ª	2.ª e 3.ª	4.ª e 5.ª
Um creado	13200	13000	13000
Dois ditos	34000	23500	23500
Tres ditos	96000	75000	75000
Quatro ditos	204000	165000	165000
Cada um a mais	58000	42000	42000
Um cavallo, egua ou muar	65000	58000	58000
Dois ditos	158000	128000	128000
Tres ditos	305000	250000	250000
Quatro ditos	505000	402000	402000
Cada um a mais	125000	108000	108000
Cada vehiculo de duas rodas, montado isto é, tendo paralia correspondente, alem do imposto d'esta	158000	158000	158000
Cada vehiculo de quatro rodas	305000	305000	305000

Secretaria d'estado dos negocios da fazenda, em 15 de fevereiro de 1860. — José Maria do Casal Ribeiro.

(Continua.)

NOTICIAS DO REINO

CONTINENTE

Coimbra — O *Conimbricense* publica o seguinte extracto do movimento da roda dos expostos d'aquella cidade, relativo ao mez de janeiro findo:

«Existiam no principio do mez 1:108; sendo em criação 1:097, e na roda 11.»

«Entraram na roda durante o mez 52; sendo 47 expostos, e 5 repostos.

«Saíram: para crear 51, foi reclamado 1.

«Falleceram 11; sendo no poder das amas 10, e na roda 1.

«Acabaram a criação 22.

«Ficaram existindo no fim do mez 1:121; sendo 1:111 em criação, e 10 na roda.

«Como se vê, a mortalidade na roda foi apenas de 1 exposto, e esse mesmo entrou quasi a expirar.»

Porto — A camara municipal d'esta cidade, em sessão de 18 do passado, entre outras, tomou as seguintes resoluções:

«A pedido do ex.º sr. governador civil deliberou indicar os cidadãos Manuel Lopes Pereira da Silva, Francisco Manuel Pereira, e José Antonio do Amaral, como peritos para acompanharem os administradores dos bairros no exame e inspecção de todos os carros, parrelhas e arcos das diligencias estabelecidas n'esta cidade, fazendo retirar de serviço aquelles objectos que se reconhecerem incapazes.

«Nomeou uma comissão composta dos srs. Machado Pereira, Ribeiro de Faria, Figueiredo e Martins para que, conjuntamente com o director das obras publicas, e conforme o seu pedido, procedesse, á vista dos desenhos por elle preparados, a um exame nas obras accessorias a que tinha de proceder na construção da nova alameda, cuja conferencia se deliberou tivesse lugar no 1.º de fevereiro proximo, pelo meio dia, assistindo a junta das obras da cidade, e assim se communicasse ao referido director.

«Nomeou os srs. vereadores Lopes, Machado Pereira, Andrade, Figueiredo e Martins para formarem uma comissão que desse o seu parecer sobre a proposta apresentada pelo sr. vereador Martins, relativamente á uniformidade do projecto dos edificios que se hovessem de construir em algumas ruas abertas de novo, ou que de futuro se abrissem.

Valença — A *Rasão* diz que por aquelles sitios tinha feito muito frio, e caído immensa neve.

O rio Minho havia desido alguma coisa, e pouco faltava para chegar ao seu antigo leito.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recemos jornaes de Madrid até 15 do corrente, e de Paris até 12.

O governo hespanhol recebeu do theatro da guerra o seguinte despacho telegraphico:

Algeiras, 15 de fevereiro — O commandante em chefe do exercito de Africa ao ministro da guerra. — Acampamento de Tetuão, 14 de fevereiro, ás 11 horas da manhã. — Não occorre novidade. Mandei fazer alguns reconhecimentos em diferentes direcções.

Alem d'este, os jornaes hespanhoes publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Londres, 13 de fevereiro — Na quarta-feira proxima reunir-se-hão os amigos de lord Derby, a fim de deliberarem acerca do procedimento que devem adoptar quando se encetar a discussão do orçamento e do tratado de commercio.

O *Morning-Advertiser* sustenta que a França, Inglaterra, Russia e Prussia se reunirão em congresso a fim de decidirem a questão da Italia; porque a Austria se recusa a tomar parte n'essas conferencias.

Paris, 13 — Segundo diz o *Pays*, a resposta que se attribue á Austria, na parte relativa ás propostas inglezas, não é official.

Roma, 13 — Uma ordem do dia do general francez manifesta esperanças de que a epocha do carnaval decorra sem que a tranquillidade publica seja alterada, porém ameaça todos aquelles que resistirem ás intimações das guardas e patrullas francezas.

Está preso o principal chefe das demonstrações que tiveram ultimamente lugar, e já se estava formando processo contra elle.

Londres, 14 — Os jornaes approvam o orçamento; e o *Morning-Chronicle* até duvida que o proprio D'Issrael possa fazer-lhe opposição justa.

Turin, 14 — Foi recolhido o jornal *Forverer*, em consequencia de ter publicado um artigo relativo á ultima manifestação a favor da annexação.

Marsella, 14 — Dizem as correspondencias de Napoles que o rei não consegue decidir Casero a organizar o ministerio. No entanto circula a seguinte combinação:

Casero, presidente do ministerio, e ministro dos negocios estrangeiros; Camitini, negocios civis; Lebaresse, fazenda; Bonucci, justiça; Espinelli, obras publicas; Bezelli, reino.

O rei passou revista a diferentes regimentos em ordem de marcha.

Estão-se organisando novos batalhões indigenas e estrangeiros, e mobilisam-se 15:000 guardas municipaes nos Abruzzos.

Paris, 14 — Desmente-se a noticia de que no exercito francez da Italia morressem, em seis mezes, 6:000 homens de typhos e de outras doencas.

Segundo affirma o *Nord* de Bruxellas, na resposta dada pela Austria á França, o gabinete austriaco diz que o principio da não intervenção está sendo todos os dias violado na Sardenha na Italia central; que a Austria não pôde separar-se dos compromissos de Villafranca e das estipulações de Zurich, reconhecendo factos que estão em perfeita contradicção com aquelles compromissos e estipulações; que, se se respecta o que se convencionou relativamente á provincia veneziana, devem tambem ser respeitadas as estipulações relativas aos ducados, e finalmente que a Austria não se opporá pelas armas aos acontecimentos que se preparam na Italia,

porque está convencida de que o resultado será o triumpho do direito e da justiça.

HESPAHIA

Os jornaes hespanhols publicam o seguinte relatório official da tomada de Tetuão.

«Exercito da Africa.—Estado maior general.—Ex.º sr.—Em participação do dia 5 do corrente, fiz constar a v. ex.ª que antes de emprender as operações do sitio de Tetuão, movido por um principio de humanidade, julguei do meu dever fazer a intimação para a entrega da praça, remetendo a v. ex.ª copia da comunicação, que dirigi ao governador da mesma praça. Pouco depois apresentou-se em os nossos postos avançados, precedida de uma bandeira branca, uma comissão dos habitantes da cidade, presidida por Jamet-el-Abeir, agente consular da Austria e Dinamarca; e mandando vir a minha presença os membros d'essa comissão, ellos me fizeram constar que a praça estava em completo estado de anarquia, e que a generalidade dos habitantes desejavam entrega-la, uma vez que fossem respeitadas as suas pessoas e propriedades; porém que outra parte da população opinava pela defeza, e que esta estava a cargo de um corpo marroquino que occupava as posições do lado opposto, nas immedições da cidade.

«A essa comissão repeti o que tinha dito por escripto ao governador, affiançando-lhe que, assim como cumpriria as minhas promessas, se os submettessem, depois de decorridas as 24 horas, não atenderia a proposta alguma e tomaria a praça por meio da força, e n'este ultimo caso não respondia pelo que podesse acontecer.

«A comissão regressou a Tetuão, e eu esperei que chegassem as 10 horas da manhã do dia 6, continuando a activar o transporte de trem de sitio para o acampamento, onde ficaram já na noite do dia 5, 14 obuzes e respectivas munições, que podiam entrar em serviço antes de findar o prazo das 24 horas.

«Seriam 8 horas da manhã do dia 6 quando se me apresentou outra nova comissão que me fez entrega da comunicação, cujo original remetto a v. ex.ª, manifestando-me o portador o estado lamentavel em que se achava a população, saqueada pelas tribus e pelos mouros do rei, especialmente no bairro dos judeus.

«Mandei immediatamente pôr o exercito em armas, e ordenei ao general Rios, que, com a sua divisão, marchasse na direcção da praça, sendo acompanhado por uma comissão composta de chefes de artilheria, engenheiros e do estado maior, e precedida pelo general Mackenna, para que immediatamente se fizesse inventario dos effectos de guerra; e ao general conde de Reus, que estava acampado á direita do meu acampamento, ordenei que se dirigisse para Alcazaba, com a divisão O'Donnell, que era a mais avançada. Estas forças eram immediatamente seguidas por mim, pelo meu quartel general, e pelo 3.º corpo commandado pelo general Ros de Olano.

«As 10 horas da manhã a divisão Rios entrava na praça, e o general conde de Reus occupava a fortaleza de Alcazaba, vendo-se obrigado a tomar a escalada, porque, não obstante estar completamente abandonada, as portas conservavam-se fechadas. N'esse momento as forças inimigas, que tinham evacuado a fortaleza, quiseram voltar para ella, e chegaram ás portas da praça ao mesmo tempo que os nossos soldados se assenhoreavam d'ella; alguns fuzos foram suficientes para que o inimigo se retirasse.

«As 10 horas e meia a bandeira hespanhola tremulava em Alcazaba, saudada por algumas descargas, dadas pela nossa infantaria, em consequencia de não ter ainda chegado a força de artilheria, e por entusiasticas vivas á rainha, proferidos por todo o exercito.

«Triste era, ex.º sr., o aspecto que apresentava o interior da cidade: por toda a parte se viam portas arruinadas, barricadas destruidas, diferentes objectos, de mais ou menos valor, espalhados pelas ruas, e alguns cadaveres de individuos que tinham sido assassinados pelos bandidos, que haviam causado todos estes estragos, batendo-se contra elles, a fim de defenderem as suas vidas e fortunas.

«Uma parte da população, especialmente a arabe, tinha-se retirado da cidade, receando os ultimos instantes de uma dominação, e os principios de outra nova; porém, todos os que ficaram na praça acolheram os nossos soldados como seus verdadeiros libertadores, bradando, em lingua hespanhola: *bem vindos—viva a rainha de Hespanha*.

«Depois de occupados os pontos principais da praça, foram adoptadas algumas medidas relativas á sua ordem interna, e procedeu-se a inventario da artilheria e munições de guerra, objectos estes que foram abandonados pelo inimigo, sem que pensasse em inutilisalos.

«A praça de Tetuão, pelo seu estado, pela numerosa artilheria que contém, e pelo terreno que a cerca, é susceptivel de uma grande e boa defeza; porém o exercito marroquino, que de derrota em derrota não podia ter força moral para emprender essa defeza, abandonou a praça, porque os seus muros não lhe pareceram sufficiente protecção contra as bayonetadas dos nossos soldados. A occupação de Tetuão no dia 6 não foi mais do que o ultimo periodo da victoria do dia 4.

«Devo manifestar a v. ex.ª, para honra do exercito hespanhol, que os soldados desde que desembarcaram nas costas de Africa só tinham visto mouros, contra os quaes combatiam com a maior bravura; mas hoje, vendo-se no meio de uma população que era hontem sua inimiga, não só não tem praticado a menor violencia, mas até, compadecendo-se d'este povo necessitado, cedem as suas rações a favor de homens, mulheres e crianças, convivendo com os mouros e hebreus como se sempre tivessem vivido com elles na melhor harmonia.

«A consequencia d'este procedimento é que têm já regressado a suas casas muitas familias, que as tinham abandonado, o que me leva a crer que a cidade voltará ao estado em que se achava antes de ser abandonada pelas tropas marroquinas.

«Quartel general do acampamento de Tetuão, 8 de fevereiro de 1860.—Leopoldo O'Donnell.

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

INFANTE D. LUIZ

NA ESCOLA POLYTECHNICA

FEVEREIRO - 12	BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millimetros	Grãos C.	Por 100	Ramos
9 m.	755,77	2,6	54,4	NNE.
9 t.	755,37	7,5	37,8	NNE.

DIA 17.
 Maxima—temperatura..... 11,0 C.
 Minima..... 2,6 „
 Ozone (de noite)..... 5,0 „
 Ozone (de dia)..... 6,0 „
 Chuva (udometro)..... 0,0 Mil.
 Evaporação (vapormetro)..... 6,2 „
 Altura barométrica correcta.....
 Altitude do barometro 35,1 metros.
 Temperatura á sombra.....

NOTICIAS DIVERSAS

TRIBUNAL CORRECCIONAL DO SENA

6.º DISTRICTO

AUDIENCIA DE 4 DE JANEIRO

Presidencia de mr. Gislain de Bontin

PROCESSO DO DR. PRETO

Accusado de exercer illegalmente a medicina e a pharmacia, e de ter committido diversas fraudes

Vriès, appellidado de *dr. preto*, comparece perante o tribunal debaixo da triplíce accusação de exercicio illegal da medicina e da pharmacia, e de ter committido fraudes.

Vriès merece pouco o appellido de *dr. preto*, porque a cor do seu rosto não é bem carregada. É alto e mui corpulento; e veste casaca preta e gravata branca. A sua phisionomia indica intelligencia; testa larga e alta, feições regulares e barba negra.

Genreau, advogado imperial, occupa a cadeira do ministerio publico.

Nogent Saint-Laurens e G. Seigneur, estão sentados no banco da defeza.

O presidente, ao accusado:—O seu nome?

R. João Vriès.

P. A sua idade?

R. Cincoenta e cinco annos.

P. A sua profissão?

R. Medico.

P. Onde mora?

R. Na rua do Louvre.

P. D'onde é natural?

R. De Surinam.

P. Por que motivo deixou a sua patria?

O accusado pronunciou algumas palavras, que não se perceberam.

O advogado Nogent Saint-Laurens:—O accusado não comprehende bem o francez, falla o muito mal.

O presidente:—Se não comprehende o francez, menos comprehendo eu a sua linguagem. Contudo receitava em francez. (Ao accusado): Quando saiu do seu paiz?

R. Em 1834.

P. Para onde foi?

R. Para a Hollanda, America e Inglaterra.

P. Para que fim tomou essa deliberação?

R. Para introduzir na Europa remedios estrangeiros.

P. Existe no processo uma carta escripta por um inglez, que lhe é pouco favoravel; por ella se vê que o senhor não tinha boa reputação no seu paiz?

R. Como! a minha reputação...

P. A carta assim o diz; e nós não podemos verificar esse testimonio. Que fez na Inglaterra?

R. Exercei a medicina.

P. Não começou por ali; apresentou-se como propheta, pregou contra a idolatria romana, offereceu-se para chefe de uma nova liga, dizendo que não receiava os punhaes dos jesuitas, nem os canhões do Vaticano?

R. Isso é já um negocio findo.

P. Ah! é negocio findo; contudo confessa ter feito isso. O sr. começou com grande estrondo; queixava-se dos jesuitas, que não tinham o menor desejo de o ferir com punhaes: isto não é de certo o exercicio da medicina?

R. Professava a medicina ao mesmo tempo. No meu paiz, a medicina e a religião estão unidas. De mais, presentemente não me occupo d'essas cousas.

P. Sim, está convertido. Porém, n'essa epocha, queria erigir um templo á reconciliação das seitas; era um meio de attrahir a attenção. Apesar d'isso, em Londres não foi feliz com a sua medicina; ninguém se persuadiu de que possuia a panacéa universal?

R. Em Londres, como aqui, fecharam-me a porta.

P. Conheceu em Londres Delpia e Sartor? Pronunciou talvez mal os nomes inglezes, porém segundo elles o sr. não é mais, nem menos, do que um charlatão?

R. Perdi em Londres uma enorme somma.

P. Quando veio a Paris?

R. Em 1853.

P. Para que?

R. Para introduzir remedios estrangeiros, e ao mesmo tempo para propor um meio de substituir o vapor nas locomotivas.

P. Visto isso é universal?

R. Todos os medicos são chimicos.

P. O sr. é medico, chimico, e reformador religioso; não descobriu tambem o movimento perpetuo?

R. O movimento perpetuo não existe.

P. Bem o sabemos, mas o sr. sustentava o contrario; não recuava então diante de nenhum meio: fez até examinar a sua cabeça, e houve um processo verbal asseverando que possuia todas as bossas do genio. Esteve em Clichy em 1853?

R. Estive; pediram-me 500 fr. pela copia de uma memoria; entendi que era muito, e rejeitei-a.

P. Gastou muito com a imprensa?

R. Absolutamente nada.

P. Os recibos estão em nosso poder. Quando esteve em Clichy, vivia muito bem, não obstante negar-se a pagar; deu até um banquete?

R. Para festejar S. João Baptista.

P. E fizeram-lhe este magnifico brinde:

«Ao homem que, nascido n'outro hemispherio, atravessou o Oceano pela primeira vez para estabelecer na Europa as bases fundamentais da sciencia medica, e que, depois de se ter enriquecido com o estudo das plantas, que crescem além dos tropicos, voltou para entre nós para dotar o antigo continente com a sciencia universal.

«Ao homem que se atreveu a conceber o gigantesco pensamento de unir a electricidade ao magnetismo e de destronar o magnetismo.

«Ao homem que, todos os dias, á nossa vista, dá prodiga e gratuitamente aos infelizes não só os seus cuidados, mas tambem os seus remedios e a sua bolsa.

«Ao homem que, pela elevação do seu espirito, sacode as cadeias do corpo, e que está mais livre em Clichy do que estão na praça da Bolsa aquellos que o encarceraram.

«Ao homem, finalmente, que uniu a sciencia e a urbanidade a uma illustrada philantropia!

«Ao doutor Vriès!»

Nada esquezou; é impossivel que a sua modestia não se assustasse alguma cousa?

R. Não.

P. Em 1846, dizia-se enviado de Deus para estabelecer uma nova religião?

R. Foi uma visão que tive.

P. Apresentou dous programas muito curiosos; por elles não se tratava mais de Roma?

O accusado deu uma explicação completamente intelligivel.

P. O sr. parece visionario, e realmente não o é; tem um pensamento. Foi Jeunesse que lhe emprestou a sua penna para fazer os programas?

R. Foram dictados por mim.

P. Então sabe perfeitamente a lingua franceza?

R. Dietei em hollandez.

P. Num d'esses programas, no primeiro, vê-se a paginas 7: «Satanaz tentou, por espaço de cinco annos, afastar-me da minha missão, fallando-me do movimento perpetuo...» e continua n'este sentido; em 1857, appareceu o segundo programma, ordenando uma precissão em que toda a gente tinha o seu lugar. Convocou depois os architectos de todas

as nações para erigir um templo a Salomão nos Campos Elyseos. Propozeram-lhe planos?

R. Um.

P. Tinha dito sessenta. Quando convocou os architectos, offereceu algum premio?

R. 2:500 francos.

P. O plano, que recebeu, estava bom?

R. Não estava.

P. Foi mais commodo acha-lo mau, porque escusou de o pagar. Julgar-se-ha talvez que esta phantasmagoria não enganou ninguém, é um erro: ha documentos que provam o contrario. Eis-aqui uma carta de M. Götineau de la Bretonnerie, um architecto, pedindo o preço do plano que fez; o sr. escreveu-lhe, dizendo-lhe que já tinha em seu poder sessenta, mas que só o d'elle achava bom, e que o tinha mandado collocar na sua casa de jantar?

R. Ainda que me ponham uma pistola á garganta, não alterarei uma palavra de tudo que já disse.

O sr. presidente cita um artigo da *Independence Belga*, contando que M. Vriès dera uma grande função, na qual appareceu um quadro representando S. João Baptista coroado de rosas brancas.

P. Houve alguma função no palacio do Louvre, para a qual o sr. compozesse um programma, importando em 12:500 francos?

R. Era um projecto para darmos uma função por subscrição.

O sr. presidente continua a occupar-se do jornal belga. Na função de que se trata appareceu o retrato de uma dançarina de S. Petersburgo, ligeiramente vestida e com uma taça na mão. Liam-se n'esse quadro as seguintes palavras: «Offerecido por aquella que, abandonada por todos os medicos, foi salva por vós, e por isso em vossa honra bebe a presente taça.» Appareceu tambem a planta do templo de Salomão.

R. Não posso impedir que os espiritos espreitem o que se faz em minha casa; com certeza não corri nem directa, nem indirectamente, para a publicação d'esse artigo.

P. A dançarina que bebia uma taça em sua honra, triste é diz-lo, já não existia n'aquella occasião.

R. É verdade, já tinha fallecido.

P. Quem lhe deu o nome de *doutor preto*? O sr. não é bem preto, mas isso fere a imaginação.

Era preciso fazer-se notavel por todos os modos. Em 1854 dirigiu uma carta ao presidente da academia de medicina, na qual se responsabilava pela cura dos doentes que padecessem de cancores, hydropezias e dysenterias. Quem o fez medico?

R. Eu mesmo.

P. O sr. intitulo-se doutor pela universidade de Leyde?

R. Hippocrates não tinha diploma; se Deus tornasse a descer á terra, havia de curar os homens, e a faculdade de medicina querellava d'elle.

P. O sr. tambem escreveu ao doutor Conneau, medico do imperador, e n'essa carta ainda se intitula doutor pela universidade de Leyde?

R. Disse que seguia a doutrina de Leyde.

P. Dizia que tinha feito um estudo especial das plantas que crescem nas regiões tropicas?

R. É verdade.

P. Onde estão essas plantas?

R. Tenho exemplares da sua descripção.

O presidente:—Se elles são em inglez, é preciso examina-los.

P. Entretanto formava-se a sua reputação, chegando a ter entrada no hospital dirigido por M. Bazin; foi feliz ali?

R. Não, senhor, não me deixaram exercer.

P. Chegámos finalmente á grande epocha da sua vida, estamos em 1859; curou M. Sax?

R. Creio que sim.

P. Escreveu ao ministro da guerra, dizendo-lhe que tinha um remedio para curar todas as dysenterias?

R. Offereci-me para as curar gratuitamente.

P. Não é esse o seu costume. Não se deu um banquete no palacio de Louvre para celebrar a cura de M. Sax? Assistiram todos os noticiarios e jornalistas; por toda a parte não se fallava n'outra cousa, e eram exactamente esses os seus desejos. Houve até um jornal que disse, que o sr. descera do céu, com o seu ungento na mão.

O juiz substituto:—Possuimos uma lista de vinte e cinco doencas para as quaes o sr. pretende ter um antidoto infallivel?

R. São vinte e cinco antidotos diferentes, não é o mesmo para todas as doencas.

P. Foi depois de toda essa bulha que a sciencia se poz em movimento, para saber se com effeito o sr. tinha um remedio que curava os cancores; M. Velpeau introduziu-o no hospital da caridade?

R. Sim, senhor, e se me tivessem deixado continuar, teria de certo conseguido a cura.

P. Entregaram-lhe dezesseis cancores, e o sr. pediu seis mezes para os curar; passaram, porém, dois mezes já tinham morrido sete?

R. Nem um.

P. Teremos que optar entre as affirmativas de M. Velpeau e de M. Fouvel cirurgião interno do hospital, e as suas. As conclusões de M. Velpeau são terribes; os seus remedios foram examinados, achando-se unicamente n'elles substancias simples que se encontram geralmente.

O juiz substituto:—Temos a relação dos seus doentes; todos morreram, excepto dois que estão moribundos.

R. Durante dous mezes nenhum morreu; depois dei-xei de os tratar.

P. Veremos. Em consequencia das informações de M. Velpeau, o chefe de segurança publica, mandou-o expulsar do hospital, e o sr., apenas saiu, deu que fazer á imprensa?

R. Eu nada pedi.

P. Publicaram até o seu retrato?

R. Vieram para isso pedir-me licença.

P. E o brasão d'armas?

R. É meu.

P. O sr. pagou tudo isso; temos recibos na importância de 3:000 francos; em fim, não foi uma cousa infructifera, porque attrahiu doentes; a imprensa restituiu-lhe bem o que o sr. lhe havia dado.

R. Trabalhei muito tempo sem fazer estrondo; a cura de Mr. Sax é que me deu alguma celebridade. Fallam do jantar do Louvre; mas, desde que Paris existe, nunca a nenhum medico se deu um jantar como aquelle.

R. O sr. até escreveu ao imperador, dizendo-lhe: «Eu possuo um segredo, que ha de conservar milhares de subditos de vossa magestade: tenho a quina do cancoro?»

R. É verdade.

P. Mandou pôr o seu nome no *Annuario* como doutor de Leyde?

R. Como tratando pelo methodo de Leyde.

P. O sr. tinha um grosso volume, escripto em hollandez, cheio de formulas, do qual copiava. Em França, não basta copiar as receitas de um livro, é preciso um diploma?

R. Como pagava 500 francos por anno, julgava-me ao abrigo da lei.

P. Isso não quer dizer nada. Declarou-se medico, fizeram-lhe pagar o respectivo imposto; porém o sr. procurador imperial é mais difficil; mandou-o prevenir para se submeter ás disposições da lei.

O juiz substituto:—É evidente a sua má fé; ha um anno, foi o sr. intimado, no tribunal, de que não podia exercer a medicina sem diploma.

O presidente:—Não se importou com isso; e, sem-

pre que lhe appareciam doentes, tinha a certeza de os curar?

R. A promessa da cura anima o doente.

P. De mais a mais o sr. impunha o preço. Uma sr.ª hespanhola deixou o seu paiz, e desenganada por todos os medicos, mandou-o chamar. O sr. viu-a, respondeu logo «Hei de curar-la» e pediu 10:000 francos, recebendo um tempo immediatamente. Fez mais: soube que essa sr.ª tinha fortuna, e escreveu-lhe uma carta vergonhosa para um medico, dizendo-lhe que tratava os pobres de graça, para fazer pagar os ricos; exigiu 40:000 francos, recebendo logo 10:000 francos. Essa sr.ª, a quem enganou com a promessa de a curar, já não existe?

R. Pedi conforme a sua fortuna. Alguem houve que me offereceu 250 francos por cada visita.

P. E a dançarina que, segundo o sr. mesmo escreveu, lhe tinha dado 20:000 francos?

R. Curai-a completamente.

P. Ella morreu!

R. Oito mezes depois, de uma outra enfermidade.

P. Tratou a m.ª Rougemont, e pediu-lhe 20:000 francos?

R. Pagou só a terça parte.

P. O senhor d'antes escrevia: «Os favores do céu não se pagam com ouro.» Mudou de opinião; e ás promessas anticipadas deve o andar de carroagem. Muitas, das pessoas que lhe pagaram adiantado, têm fallecido. Ha mais ainda: uma senhora Buch tinha uma filha, que soffria do peito, e o sr. pediu pela cura 2:000 francos, recebendo logo metade; disse depois aos paes que a filha estava curada, e exigiu a outra metade; elles, que viam a filha no mesmo estado, recusaram; então dirigiu-se á pessoa que o tinha recommendado, e disse-lhe: «A menina está curada, mas não me podem pagar; disseram-me que lhe pedisse os 1:000 francos.» Recebeu-os com effeito, e o que asseverava, relativamente á doente, era falso?

R. Eu perdi 15:000 francos com mr. Buch, fabricante de bronzes, o qual, tendo falta de dinheiro, enviou-me aquella senhora para ella adiantar os 1:000 francos.

P. As suas respostas não combinam; fez-se, finalmente, uma nova vistoria aos seus medicamentos, e viu-se que elles só continham materias simples, que não podem fazer nem bem nem mal. O sr. é accusado por exercer illegalmente a medicina, por exercer illegalmente a pharmacia, por vender remedios secretos, e por praticar fraudes.

Chamem-se as testemunhas. (Continua.)

NOTICIAS COMMERCIAES

ALFANDEGA DO PORTO

Recetta da alfandega de 1 a 14 de fevereiro... 58.438.5099
 Idem do dia 15..... 9.031.5040
 67.469.5139

MOVIMENTO DOS VINHOS E AGUARDENTES

Fevereiro, 15

MANIFESTADO PARA DEPOSITO Pipas Alm. Can. - 19 6

Aguardente.....

DESPACHADO PARA CONSUMO

No Porto Pipas Alm. Can. 8 15 6